



SAÚDE

CFM abre consulta ao uso de canabidiol

Após protestos, Conselho Federal de Medicina revoga resolução que limitava o uso da substância no tratamento de doenças

» ISABEL DOURADO*

JUAN MABROMATA



Teste com amostra de canabidiol: médicos protestam contra medida do CFM que só autoriza a substância para tipos de epilepsia e esclerose

Edilson Rodrigues/Agência Senad



Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP): "Graves prejuízos a pacientes"

As famílias que dependem de medicamentos à base de canabidiol para tratamentos de saúde venceram uma batalha. O Conselho Federal de Medicina (CFM) decidiu revogar, temporariamente, a Resolução 2.324/22, que limitava a prescrição médica da substância. A norma, anunciada no dia 14, causou fortes críticas e protestos da classe médica e dos familiares de pacientes. Na semana passada, houve protestos em frente à sede do CFM contra a medida que restringe a prescrição médica de canabidiol (CBD) a dois tipos de epilepsia e esclerose tuberosa.

A nova diretriz atualiza a versão de 2014. Mantém a proibição de se prescrever cannabis in natura para uso medicinal, bem como quaisquer outros derivados que não o canabidiol. Segundo a norma, o grau de pureza da substância e sua forma de apresentação devem seguir as determinações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

De acordo com o CFM, a decisão foi tomada com base em revisões científicas sobre aplicações terapêuticas citadas em publicações entre 2020 e 2022. Também foram consideradas contribuições de mais de 300 médicos de todo o país que apontam resultados positivos em síndromes convulsivas, mas negativos para outros casos clínicos.

A decisão, publicada ontem no *Diário Oficial da União*, determina que será responsabilidade do médico a indicação do uso do canabidiol, conforme regras da Anvisa.

100 mil pacientes

O uso da cannabis medicinal avança no Brasil. Segundo

levantamento da Anvisa, mais de 100 mil pacientes fazem uso de algum tipo de tratamento com a substância. A agência autoriza a importação de remédio à base de canabidiol desde 2015.

A resolução foi amplamente criticada por diversas entidades e setores. Médicos e pesquisadores apontam que existe comprovação científica para o tratamento com canabidiol de diversas doenças e condições clínicas.

Na semana passada, cinco entidades assinaram uma nota contra a resolução: a Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi); a Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina); a Associação Brasileira das Empresas do Setor Fitoterápico,

Suplemento Alimentar e de Promoção da Saúde (Abifisa); a Associação Brasileira de Organizações Representativas de Pesquisa Clínica (Abracro); e a Associação Brasileira das Indústrias de Canabinoides (BRCann).

As entidades defenderam o bem-estar de quem já faz o tratamento e obtém bons resultados. O manifesto critica, inclusive, a proibição a médicos de expor esse tipo de tratamento em palestras e cursos sobre o tema. Segundo especialistas, a medida fere a Constituição, o Código de Ética Médica, além de colocar em risco o tratamento de mais de 100 mil pacientes.

Na avaliação do médico Vinicius Jimenez, diretor da Sociedade de Medicina de Família e Comunidade (SBMFC), há grandes

avanços do ponto de vista de pesquisa, de entendimento entre sociedade civil e órgão judiciário e centros de pesquisa, em relação à cannabis medicinal e aos benefícios que a prática terapêutica tem trazido aos usuários.

"É notório o benefício que a cannabis medicinal traz aos pacientes. A publicação da resolução 2.324/22 trouxe tranqüilidade aos pacientes e portadores de patologias que fazem uso da cannabis medicinal. O melhor é a revogação da resolução", avalia Jimenez. "Eu tenho diversos colegas que são prescritores e ficaram assustados porque eles vêm prescrevendo o medicamento de forma legal e o CFM de forma arbitrária quis barrar", acrescentou.

A jornalista Manuela Borges faz uso da cannabis medicinal para

tratar a insônia e ansiedade. "Diversos países já estão regulamentando, e a gente vê outros países muito mais evoluídos no uso da cannabis medicinal. Tem que ter controle sim, mas a gente não tem que estar brigando para continuar um tratamento", protestou.

Após receber críticas, o CFM abriu uma consulta pública para receber contribuições de toda a população sobre o tema. As sugestões podem ser feitas até 23 de dezembro por meio do site da entidade.

Repercussão

A resolução publicada pelo CFM também gerou questionamentos entre parlamentares. A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) apresentou um projeto de decreto

legislativo (PDL 361/2022) para derrubar a decisão.

Em um vídeo em suas redes sociais, a parlamentar afirmou que a mudança é um retrocesso. "Essas restrições redundam em graves prejuízos a pacientes que fazem uso da cannabis medicinal, ou que poderiam vir a fazer. Só em 2021, 70 mil medicamentos foram importados à base de cannabis, com canabidiol (CBD) e tetrahidrocannabinol (THC), todos autorizados pela Anvisa para tratar epilepsia, Parkinson, esclerose múltipla, artrite, autismo, alívio de dores crônicas ou causadas por cânceres, ansiedade e tantos outros males", afirmou.

*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Quando a tecnologia é aliada das mulheres

» TAINÁ ANDRADE

A tecnologia está se tornando uma aliada das mulheres no combate à violência de gênero. Desenvolvido por um grupo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o aplicativo Maria da Penha Virtual tem mostrado resultados positivos no estado. De acordo com a professora Kone Cesário, responsável pela coordenação do projeto, o aplicativo contribuiu para mais de 2 mil denúncias ao Tribunal de Justiça fluminense.

Ela explicou ao *Correio* como funciona o recurso. "É um link que uma mulher passa para outra, por meio de uma mensagem nas redes sociais. Ela consegue compreender as formas de violência, porque vai clicando intuitivamente, como se estivesse em um site de compras. Tem perguntas e, conforme ela vai respondendo, tem a explicação do que é cada violência, por exemplo", descreve. "Pode gravar áudio, filmar, fotografar. o aplicativo transforma o que a mulher está vivenciando em provas e tudo isso se converte em uma petição judicial que vai direto para uma das juízas

do juizado da violência doméstica no Rio. A lei dispensa que passe por uma delegacia ou por um advogado", acrescenta.

Cesário informa, ainda, que a vítima pode chamar por socorro com um botão de emergência, diretamente vinculado à Central 190 e ao sistema da PMRJ. O recurso permite também que três familiares ou pessoas de confiança recebam a localização caso o botão de emergência seja acionado. Ao baixar o app, a usuária deve fazer um cadastro prévio e os dados ficarão salvos. Caso a função de emergência seja acionada no aparelho móvel, a polícia conseguirá saber a localização da vítima pelo GPS do celular.

Kone Cesária detalhou os estudos desenvolvidos para se chegar ao Maria da Penha Virtual. Os estudantes aplicaram técnicas de marketing para melhorar a navegabilidade e usabilidade, além de adaptar a lei Maria da Penha e o formulário de risco do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para uma linguagem tecnológica, na qual a mulher possa responder de forma rápida e intuitiva.

"No começo da pandemia nós

Arquivo Pessoal



Kone Cesário: auxílio com o aplicativo Maria da Penha Virtual

ofertamos para o Tribunal de Justiça, uma vez que as mulheres estavam com dificuldade de acessar os locais de socorro, muitos fecharam. Outros problemas frequentes: as [vítimas] não têm condições financeiras de ir até a delegacia, outras não queriam passar pelo processo de revitimização. Por meio do app, em questão de segundos a mulher pode acionar as autoridades", observou a professora.

Outro projeto que tem se tornando popular entre o público feminino, desde o lançamento em 2019, é o aplicativo Penha, criado pelo veículo jornalístico AzMina. Com mais de 11 mil usuários em todo o Brasil, a ferramenta busca fornecer às mulheres em situação de violência uma rede de apoio. Normalmente, pessoas em situações abusivas são distanciadas de familiares e amigos, então esse espaço serve para elas se

informarem com a ajuda de outras mulheres que vivenciaram histórias semelhantes e conseguem se reconhecer para romper o ciclo da violência.

"É uma ferramenta poderosa para que mulheres em situação de extrema vulnerabilidade, de isolamento social, de isolamento de suas redes de afeto e de apoio possam se informar e pedir socorro. A gente acredita no enfrentamento da violência de gênero, que a violência contra a mulher passa exatamente por alguns passos: no reconhecimento dessa violência, na conscientização acerca disso e dos direitos, da formação dessa rede de apoio e finalmente na ação que vai dar um basta ao relacionamento abusivo. O Penhas reúne tudo isso e facilita todas as fases desse processo", ressaltou Marília Moreira, gerente de projeto no Instituto AzMina e coordenadora do aplicativo Penhas.

A Startup Terapia de Bolso é uma plataforma em que mulheres em situação de violência doméstica podem ter acesso on-line a um psicólogo e compartilhar suas vivências por esse ambiente que possui a segurança digital para evitar vazamento de dados e a leitura pelos algoritmos das redes sociais, o que impede que comece a aparecer anúncios nas páginas do computador e, com isso, evita a descoberta pelo

agressor. Elias Balthazar, CEO da empresa, acredita que os empreendimentos devem sempre identificar problemas sociais e oferecer uma solução, principalmente no tema de violência de gênero, que, entre as prioridades, acredita que não é tratada como deveria pelo mundo empresarial.

Apesar de todo o empenho e contribuição com a facilitação de canais para as mulheres, Naira Liguori, diretora da Think Olga, frisa que essa é uma solução para levantar dados e agregar informações para compreender um cenário, melhorar o acesso ao atendimento. Porém, o combate deve ser feito também com políticas públicas e ações de educação, principalmente nas escolas.

"A gente [a entidade] se preocupa quando vemos problemas complexos sendo resolvidos de forma simplista. Não é o caso de invalidar tudo que está sendo feito, mas a gente sabe que aplicativos não resolverão tudo. A tecnologia tem o papel de tentar incorporar conversas e colocar hábitos no dia a dia das pessoas. Isso pode surtir alguma mudança, mas vejo a tecnologia como aliada, não como protagonista. A educação de meninos e meninas, das forças de segurança e da Justiça em relação à violência de gênero é a protagonista do processo", enfatiza.